



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO 111/2025 – PL 79/ 2025

Parecer 111 ao PLO 79 ao PL que “Autoriza a concessão de direito de uso onerosa para a utilização e exploração econômica de bem público.”

CONSULTA

Após solicitação do presidente desta Casa quando à legalidade do PLO 75 de 2025 de autoria do Executivo Municipal, vem a assessoria jurídica do legislativo emitir parecer jurídico.

PARECER

O Projeto de Lei pretende autorizar o Poder Executivo a conceder, mediante licitação, o direito de uso oneroso de ponto comercial localizado na Praça Antônio Jacinto de Faria, destinado à exploração de comércio de alimentos e bebidas não alcoólicas. O texto também impõe como condição que a concessionária mantenha em funcionamento o Centro de Informações Turísticas, sob fiscalização e regulamentação da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo.

Nos termos do art. 57, III, da Lei Orgânica Municipal, compete ao Prefeito iniciar processo legislativo sobre matérias de interesse da Administração, o que torna legítima a iniciativa do presente Projeto. O art. 129, I, §1º, e o art. 131 da Lei Orgânica Municipal estabelecem que o uso de bens públicos por terceiros depende de lei autorizativa, licitação e contrato administrativo, de modo que a proposição em análise se encontra em conformidade com a competência normativa.

A concessão de uso de bens públicos para exploração econômica encontra respaldo na Lei Orgânica Municipal, que exige lei autorizativa, licitação e contrato; na Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a obrigatoriedade de licitação na modalidade concorrência, a fixação de prazo determinado, a possibilidade de prorrogação desde que motivada pelo interesse público e a observância das regras contratuais próprias; bem como na Lei Municipal nº 1.616/2021, que, embora trate de áreas municipais voltadas a



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

atividades produtivas, estabelece parâmetros semelhantes e aplicáveis por analogia, como a fixação de prazo, a necessidade de licitação, a reversão do bem ao Município e a vedação de cessão a terceiros.

Cumprir destacar que o bem em questão, por se tratar de espaço localizado em praça pública, é de uso especial e, portanto, sua utilização econômica por particulares não pode ocorrer mediante cessão gratuita, destinada a entes públicos, nem por autorização ou permissão de uso, que são atos administrativos precários e revogáveis a qualquer tempo. A figura jurídica adequada, diante da finalidade de exploração econômica com contraprestação financeira, prazo certo e contrato administrativo, é a concessão de uso onerosa.

O contrato a ser firmado deverá conter cláusulas que assegurem a segurança jurídica da Administração e do concessionário, prevendo prazo de cinco anos prorrogável uma vez mediante motivação expressa de interesse público, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade da concessionária por danos e despesas, a realização de vistoria inicial e final, a reversão do bem ao patrimônio público ao término da concessão, além da obrigação de manter em funcionamento o Centro de Informações Turísticas, sob fiscalização da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, sob pena de rescisão contratual.

Assim, verifica-se que o Projeto de Lei encontra respaldo na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Municipal nº 1.616/2021, apresentando adequação jurídica para autorizar a concessão onerosa de uso do espaço público mencionado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica entende que o Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025 é juridicamente viável, porquanto observa a legislação aplicável e adota o instrumento correto para utilização de bem público por particular com finalidade de exploração econômica.

Recomenda-se, entretanto, que o texto da norma explicita que eventual prorrogação contratual dependerá de motivação de interesse público, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e que a obrigação de manutenção do Centro de Informações



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Turísticas seja inserida como encargo contratual da concessionária, com previsão de penalidades em caso de descumprimento.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas, 06 de outubro de 2025.


Dra. Ana Clara Cirilo de Paula

OAB/MG 173.104